



Câmara Municipal
de Porto
Alegre

Proc 2356/17

PROC. Nº 2356/17
IND. Nº 59



Senhor(a) Presidente(a):

O Vereador que esta subscreve requer a Vossa Excelência que, após os trâmites regimentais, com fundamento no art. 96 do Regimento deste Legislativo e no parágrafo único do art. 55 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, seja encaminhada a seguinte

INDICAÇÃO

Ao

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul,

Conforme segue:

Solicita a verificação de disponibilidade financeira para pagamento integral dos vencimentos dos servidores públicos municipais, tendo em vista o parcelamento injustificado realizado pela Prefeitura de Porto Alegre.

JUSTIFICATIVA


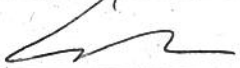

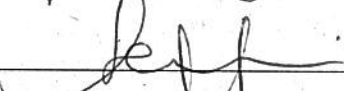



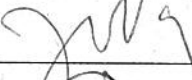
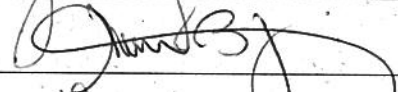

Ainda que informalmente, possuímos informação de que há dinheiro em caixa para adimplemento das obrigações oriundas da folha de pagamento. Motivo pelo qual não se justifica o parcelamento ora efetuado.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2017.

Mauro Zacher
VEREADOR MAURO ZACHER

[Handwritten signatures and initials]

Os vereadores abaixo subscrevem a indicação ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, visando a verificação de disponibilidade financeira para pagamento integral dos vencimentos dos servidores públicos municipais, tendo em vista o parcelamento injustificado realizado pela Prefeitura de Porto Alegre:

Vereador(a)	Assinatura
Fernanda Melanconna	
Roberto Robaina	
João Carlos P. S. B.	
Adriano Caldeira	
N. Y. Almeida	
Adriano Caldeira	
PROF. ALEX FRAGA	
João Bosco Vaz	
Miguel Bins Ely	
Luiz Duarte	
MARCELO CARBOSSA	